

IN/EXCLUSÃO ESCOLAR: UM BINÔMIO NÃO COMPREENDIDO NO CONTEXTO ESCOLAR COMO PENSAR A PLURALIDADE SOCIAL?

Catiana Nery Leal⁶

Juliana Brito Dos Santos⁷

Rúbia Cristina Lima Nóbrega Rocha⁸

O discurso sobre a inclusão escolar da pessoa com deficiência, de gênero, etnias, sexualidade tem se expandido no cenário educacional em diferentes âmbitos, que vão desde políticas educacionais até questões teórico-metodológicas da intervenção pedagógica. Em decorrência dessa discussão, tem-se produzido conhecimento e construído uma contribuição para o contexto da educação brasileira contemporânea relativa à educação escolar das pessoas com deficiência e alunos de inclusão.

No entanto, todas as instituições, são ditas inclusivas. Lopes (2011, p.130) alerta para isso quando idealizamos o conceito de inclusão e diz que “o uso alargado da palavra inclusão, além de banalizar o conceito e o sentido ético que pode ser dado a ela, também reduz o princípio universal das condições de igualdade para todos a uma simples introdução “de todos” num mesmo espaço”.

Debates no âmbito empresarial e pedagógico começaram a acontecer desde a década de 1980, quando começam a pensar a inserção obrigatória de pessoas com deficiência em empresas e nas escolas, neste momento torna-se direito adquirido por lei, e não apenas bom senso dos gestores destes espaços. No entanto parece que o processo de inclusão está muito mais associado à força da lei e a garantia da matrícula nas escolas por exemplo, do que refletido em iniciativas pedagógicas que atendam ao processo de inclusão. Cozzani (2013) aponta que: [...] “muitos alunos/as com deficiência vão às escolas, mas não são incluídos no processo educacional, não se beneficiam da proposta pedagógica

⁶ Estudante do curso de Pós Graduação *Lato Sensu* em Educação e Interdisciplinaridade pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

⁷ Estudante do curso de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Relações Étnicas e Contemporaneidade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

⁸ Estudante do curso de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Relações Étnicas e Contemporaneidade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

de ensino e aprendizagem “ (COZZANI 2013, p.34).

Concordamos com a autora sobre os grandes desafios metodológicos envolvendo o ensino e a inclusão de pessoas com deficiência nas aulas. Reconhecemos que a luta por uma verdadeira inclusão das pessoas com deficiência nas escolas, passa também por uma luta maior a qual problematize os mecanismos de exclusão social que são, cotidianamente colocados em prática nos espaços educacionais, como na escola.

A política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), bem como o conjunto de dispositivos que a operacionalizam, tem provocado um amplo debate sobre as diretrizes da escola brasileira, sua organização pedagógica e a atuação de seus profissionais. Tal Política, criada em 2008 propõe ampliar esta discussão e acompanhar os avanços sobre esta temática, além da busca por superação dos estigmas socialmente construídos e ampliação de políticas públicas para qualificar o debate. Assim como o tema sexualidade - um conteúdo sugerido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como tema transversal ainda pouco aparece nas discussões e debates nas salas de aula do ensino regular.

É muito comum, no universo escolar, o relato de professores/as sobre o despreparo para o trato pedagógico com os temas sexualidade, etnias e in/exclusão dentro e fora dos espaços escolares. Outra assertiva que também circula neste espaço educativo é a da relação mais favorável das disciplinas de Educação Física e Ciências com esta temática, a qual se dá por uma relação intrínseca destas áreas do conhecimento com os temas relacionados ao corpo; o que, supostamente, favoreceria o trabalho com questões ligadas à sexualidade.

Sendo assim, o ambiente escolar um espaço como direito de todos/as os cidadãos com ou sem deficiência deve ter legitimidade nos espaços de discussão e desconstrução de preconceitos, historicamente reconhecidos pela sociedade e como lugar em que as diferenças sejam visibilizadas no currículo e na prática pedagógica. O espaço escolar caracteriza-se como um espaço de interação entre as crianças e jovens e permite que as diferenças entre os sujeitos sejam vividas no processo de inclusão. Partindo dos debates que não se esgotaram sobre inclusão nos espaços escolares, buscamos neste ensaio apresentar e problematizar o binômio in/exclusão no contexto escolar.

Para Lopes e Fabris (2013), o processo de in/exclusão é relacional, dependem um do outro para acontecer, não são e nem estão em oposição, estão próximos. Concordamos com os autores quando se posicionam acerca da relação deste processo de in/exclusão, chamamos a atenção para pontuar o quanto este processo é lento e gradual, tanto para os/as alunos/as de inclusão, quanto os/as professores/as envolvidos/as. Portanto, não existe nenhum método estabelecido, ideal ou perfeito que se aplique no processo de inclusão, porque o docente sabe e pode combinar numerosos procedimentos para remover barreiras e promover a aprendizagem dos seus alunos/as.

No entanto, a Educação Inclusiva pede a flexibilização no desenvolvimento dos conteúdos a serem trabalhados junto aos alunos/as, acompanhada de propostas inovadoras e de profissionais que, amparados, se sintam estimulados a aceitar o desafio que é a inclusão de alunos/as com deficiência no ensino regular. Nas aulas, o/a professor/a deverá estar atento e capacitado para atender às necessidades específicas de seus alunos/as, independentemente de suas limitações.

Ter acesso à escola e ser incluído socialmente são direito de todas as pessoas. A escola se torna o local que além de direito é dever o papel de inclusão de todos/as na comunidade escolar. A pessoa com deficiência detém o direito à inclusão social, o acesso ao conhecimento e o direito à escola, como obriga a lei 7.853/89, Artigo 8º, o qual especifica que recusar a inscrição de um aluno/a em qualquer escola (pública ou privada) por motivos relacionados a qualquer deficiência é crime. Além de receber uma multa, os/as diretores/as e/ou os/as responsáveis pela escola que se negar a matricular pessoas com deficiência podem ser punidos com reclusão de um a quatro anos. Segundo Brasil, (2005, p.32):

[...] a educação inclusiva vai muito além da presença física do aluno no ensino regular. Não é aquela que só aceita as diferenças, mas faz da diferença uma maneira distinta de expressão e de operacionalização do mundo, na qual, compreender pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NEE), significa entendê-la a partir de seu próprio marco de referência. Não basta reconhecer e aceitar a diferença. Há que se transformar a ação e a experiência variadas

em algo que amplie a nossa visão de mundo no sentido de uma atitude cidadã em respeito às diferenças.

Nesse sentido, a lei não se sustenta como a única maneira de manter o/a aluno/a com deficiência na escola. A lei neste caso contribui para que o processo de inclusão se inicie, mas torna-se insuficiente se as mudanças mais profundas que implicam no currículo escolar e em mudanças das práticas de ensino, não forem tratadas e debatidas a partir de uma reflexão crítica sobre a diversidade humana e suas representações na escola e em sociedade.

Nesse processo de inclusão educacional muitas barreiras já foram rompidas. O fato do/a o/a aluno/a estar em sala de aula é a principal delas. Portanto, é necessário que ele participe do processo educacional e que seja aceito por todos como alguém que, aprende (BRASIL, 2011). Essas inúmeras questões abordadas chamam a atenção para a importância que o/a professor/a que trabalha com alunos/as com deficiência tem diante do processo de inclusão escolar, e isso acaba repercutindo diretamente na participação dos/as alunos/as com deficiência nas aulas

O direito à educação é posto para todo/a cidadão/cidadã brasileiro/a, contudo, no caso das pessoas com deficiência, se torna necessário a elaboração de políticas públicas de inclusão social, as quais tenham como foco o combate ao preconceito, às desigualdades e/ou à exclusão do convívio social e escolar. Segundo a Declaração de Salamanca:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola (UNESCO, 1994, p.11-12).

Valorizar e estimular a autoconfiança, autonomia, a participação, o reconhecimento, interação, entre outros pontos destas pessoas/alunos faz parte

do processo de inclusão. O ambiente escolar é para qualquer pessoa, o espaço de interação uns com os outros. A inclusão escolar é de fato a oportunidade de alunos/as com deficiência realizem atividades que não sejam sem sentido e significado.

Aqui se trata de planejamentos que atendam às necessidades de todos/as os/as alunos/as seja qual for sua condição, assim que se materialize, nos objetivos da aula proposta, a superação de suas dificuldades e que, ao final do processo, todos/as os/as alunos/as sejam capazes de transformar de acordo com suas habilidades e necessidades (MARX, 2001). Estas dificuldades correspondem a dimensões que influenciam concretamente nas relações e no processo de inclusão de alunos/as com deficiência.

Nesta perspectiva, cheia de incertezas, grandes desafios estão postos quando somos desafiados a abandonar as concepções deterministas a que somos impulsionados e aprender a navegar em um oceano de incertezas [...]. Neste sentido, Edgar Morin (2002, p.16) sugere que “devemos preparar nossas mentes para esperar o inesperado”. Sabemos que é da natureza do humano buscar sempre o seguro, o sólido, o certo, porém, no contexto atual nos deparamos com o instável, o imprevisível, o fluido.

O que marca em todo o conjunto destas dificuldades é que ainda se faz necessária à união de toda a comunidade escolar em todos os seus elementos, para que se pense a inclusão escolar de pessoas com deficiência. Esta união tem por objetivo a discussão de diretrizes, currículos, planejamentos e recursos pedagógicos que contribuam para a inserção com qualidade destes alunos/as. Assim como, a inserção de todos os sujeitos, os/as alunos/as, familiares, professores, funcionários, colaboradores, dentre outros, que fazem da escola um espaço de conhecimento e aprendizado. Portanto, assim como Conceição, Vassoler e Frasson (2014), acreditamos que:

O processo de inclusão escolar tem como pressuposto a mobilização da sociedade para um novo olhar frente às diferenças humanas, elegendo-as como um valor a ser assumido por todos, partindo do princípio de que a principal característica do ser humano é a pluralidade, e não a igualdade ou a uniformidade (CONCEIÇÃO, VASSOLER e FRASSON, 2014).

Assim, podemos concluir que é necessário chamarmos às experiências com a inclusão todas as pessoas envolvidas com a escola. Sabendo que nas

experiências com o processo de inclusão a escola e, especialmente, os/as alunos/as e professores/as serão desafiados constantemente a pensarem as relações de in/exclusão e de discutirem sobre as diferenças que tornam a escola cada vez mais plural, múltipla e de grandes dimensões capazes de promover a formação de seus/as alunos/as.

Por outro lado, se ainda há espaços de exclusão na escola em meio a tantas diferenças é preciso fortalecer as práticas pedagógicas a partir da diversidade escolar, por um currículo escolar mais diversos, flexível e refletido nas relações em sociedade, visto que esta é composta por seres humanos, que agem e transformam a natureza e seus distintos. Daí a importância de cada vez mais a escola e toda a sua comunidade fortalecer estes vínculos em busca de uma maior conscientização e emancipação humana. Para Santomé (1995), a reflexão sobre a relação entre currículo e culturas negadas e silenciadas, atravessa a discussão de que:

Quando se analisam de maneira atenta os conteúdos que são desenvolvidos de forma explícita na maioria das instituições escolares e aquilo que é enfatizado nas propostas curriculares, chama fortemente a atenção à arrasadora presença das culturas que podemos chamar de hegemônicas. As culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder continuam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação (p. 163).

Diante desse contexto, a inclusão se tornou um imperativo atual visto que ela não se apresenta como algo passível de questionamentos, de suspeitas ou de problematizações. Tem se tornado uma verdade inquestionável que vem moldando nossas formas de ser e agir com os/as alunos/as nas salas de aulas.

Nesta conjuntura, quando olhamos para as práticas de inclusão desenvolvidas na atualidade e lançamos problematizações sobre a forma como elas vêm acontecendo e os efeitos que vêm produzindo no trabalho da escola, muitas vezes somos posicionados como pesquisadores que se colocam contra a proposta inclusiva. Sendo assim, a escola e os professores têm um papel

primordial em oferecer uma educação igualitária, com qualidade, um currículo que atenda às suas especificidades e políticas públicas sérias que atendam de forma global educação especial inclusiva.

Na escola se tem a divisão em classes homogêneas, crianças alinhadas, o lugar marcado tendo à frente o mestre. Esse espaço escolar é uma máquina de aprender, mas também de vigiar, hierarquizar e premiar. O ensino elementar sofreu uma mutação técnica com as séries, os níveis e o tempo da aprendizagem. O tempo ainda é um fator que dificulta a aprendizagem dos sujeitos, porque cada aluno tem um tempo de aprender. A segmentação do tempo, sua acumulação, a graduação, são meios para auferir o resultado do aprendizado. O autor Milanez (2011) deixa claro que o estabelecimento e a fixação de formação de identidade são o objetivo central com sujeitos que não estão dispostos a se esconderem ou fugirem do corpo e da alma que asseguram suas subjetividades

Partindo de tal entendimento e discussões acima, a inquietação para a construção do presente texto partiu de processos formativos iniciais na graduação, com os estágios obrigatórios, onde identificamos que a in/exclusão está presente no âmbito escolar principalmente dentro da sala de aula, visto que as pessoas com deficiência ainda são em grande medida prejudicadas no processo de ensino e aprendizagem. Tal afirmativa parte da contextualização durante todo o texto, assim como experiências práticas desenvolvidas nas vivências pontuais de docência com os estágios.

Defendemos aqui que para existir o processo de inclusão, enquanto educadores precisamos nos posicionar politicamente, entender que o binômio in/exclusão caminha lado a lado, ou seja, as pessoas com deficiência existem e estão inseridas cada vez mais nas escolas regulares, asseguradas inclusive por lei, porém a exclusão se dá nestes mesmos espaços quando por exemplo o aluno com deficiência não é aceito pelos colegas de turma, quando o professor não propõe atividades que contemplem a todos os alunos e em suas mais variadas dimensões, sejam elas sociais, educacionais, econômicas, filosóficas, ambientais e tantas outras. A partir deste posicionamento primeiramente político dos educadores, é o que vai propor em seguida um posicionamento crítico e suas mudanças, sejam elas de: atitude, metodologias, no currículo escolar e

acadêmicos, nas discussões em sala de aula e por a fim a ação na prática pedagógica.

Devemos repensar o currículo escolar na perspectiva inclusiva, para quem estamos ensinando? Onde estamos ensinando? São questões para se pensar com muita sensibilidade no momento da construção e um processo onde todos devem participar. Em certa medida, o professor amplia a noção sobre os recursos pedagógicos no contexto escolar e coloca em questão desde aspectos da infraestrutura física da escola, como os espaços das salas de aula até os materiais utilizados como recursos pedagógicos que podem facilitar, ou não o processo de inclusão.

Percebemos que este processo é lento e que a inclusão está sendo problematizada por muitos professores, que é um passo extremamente importante na consolidação de uma política de educação inclusiva na escola, porém as mudanças também devem estar presentes no currículo e na prática pedagógica.

A modificação no currículo é uma estratégia principal, uma proposta de ensino baseada na funcionalidade das habilidades que serão ensinadas, que tenham significado e que sejam necessárias para o desenvolvimento do aluno e sua independência. Educar para a vida é reconhecer que cada indivíduo tem um potencial e que conviver com as diferenças faz parte da vida. É ensinar a essas pessoas algo que lhes interesse, que lhes seja necessário, sentindo-se útil não só no meio social em que vive, mas principalmente a ela mesma, atitude esta que promove uma independência em seus hábitos e atitudes.

Pensar a inclusão mediante a noção de in/exclusão permite o entendimento de que a inclusão se constitui também pelas práticas de exclusão (LOPES; FABRIS, 2013). É possível entender a inclusão como uma necessidade de fazer com que todos se movimentem e participem das diferentes relações que se estabelecem na atualidade, de acordo com suas possibilidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares** / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de

Educação Especial. – Brasília: MEC /SEF/SEESP, 2005.

BRASIL. Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá Outras Providências.** Brasília: DF, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 22 Out. 2019.

COZZANI, Marcia. **Educação Física e inclusão: a experiência da estratégia de tutoria e o impacto na aprendizagem motora.** [IN: AL], Suzana Couto Pimentel (org.) Universidade e Escola na Construção de Práticas Inclusivas. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2013. P. 33-64.

CONCEIÇÃO, Victor Julierme Santos da; VASSOLER, Bruna Coelho; FRASSON, Jéssica Serafim. **A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA FRENTE À INCLUSÃO ESCOLAR.** *Kinesis*, Santa Maria, v. 2, n. 32, jul/dez. 2014.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. **Inclusão & Educação.** Belo Horizonte: Autentica Editora, 2013.

LOPES, Maura Corcini; RECH, Tatiana, Luiza. **Inclusão, Biopolítica e Educação.** *Educação*, v.36, n.2, p.210-219, 2013.

MARX, Karl. ; ENGELS, F.. **Manifesto do Partido Comunista.** Porto Alegre: L&PM, 2001.

MILANEZ, Nilton. *Discurso e imagem em movimento. O corpo horrorífico do vampiro.* São Carlos : Claraluz, 2011.

MORIN, Edgar. **Os Setes Saberes Necessários à Educação do Futuro.** Brasília: Cortez, 2002.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **As culturas negadas e silenciadas no currículo.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienígenas na sala de aula.* Petrópolis: Vozes, 1995. p. 159-189

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994.